



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CONTRATO Nº 36/2022

CONTRATO TRE-RO N. 36/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO TRE-RO N. [0001649-69.2022.6.22.8000](#)

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N. 109/2022/TRE-SP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 78/2022/ TRE-SP

Contratação pelo TRE-RO do objeto constante da Ata de Registro de Preços n. 78/2022/TRE-SP, assinada em 18/11/2022, publicada no Diário Oficial da União - DOU n. 218, de 21/11/2022, Seção 3, fl. 167, com vigência por 12 meses, a contar da data da sua assinatura, e gerenciada pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo – TRE-SP. Contratação decorrente da condição do TRE-RO de Partícipe do Pregão Eletrônico com registro de preços n. 109/2022/TSE (Processo n. 0003950-75.2022.6.26.8000).

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA SYSTEM MANAGER TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, PARA FORNECIMENTO DE SOLUÇÕES DE GESTÃO DE ATIVOS E PATCHES.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG n. ***.893-SSP/RO e CPF n. ***.106.849-**, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro, a empresa **SYSTEM MANAGER TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF n.º 10.858.890/0001-20, com sede na Rua Pamplona, 145 - Sala



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

507 e 508 – Jardim Paulista - São Paulo / SP, CEP: 01.405-000, telefones n.º (11) 3424-0951 / (11) 99944-3076, e-mail: leandro.silva@smanager.tec.br, representada neste ato pelo senhor **LEANDRO JACINTO DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade n.º ***013296 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n.º ***.233.068-**, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm justo e acordado celebrar o presente CONTRATO, sob a regência das Leis ns.º 10.520/02, 8.666/93 e 8.078/90, e ao Decreto n.º 10.024/2019, decorrente da Licitação TRE-SP nº 109/2022, modalidade pregão, na forma eletrônica e da Ata de Registro de Preços TRE-SP nº 78/2022 de acordo com o Procedimento Administrativo TRE-SP nº 0003950-75.2022.6.26.8000, e consoante Ofício-Circular TRE-SP n. 143/2022/PRE/DG/GABDG (evento [0855831](#)), de 08/07/2022, Ofício-Circular TRE-SP n. 2.209/2022 (evento [0942851](#)), de 18/11/2022, Solicitação n. 12/2022/COSEIC (evento [0943358](#)), 23/11/2022, e autorização no TRE-RO constante no Despacho nº 1533/2022/GABDG (evento [0950304](#)), de 06/12/2022, mediante as seguintes cláusulas e condições:

I – OBJETO DO CONTRATO – O presente contrato tem por objeto a contratação de soluções de Gestão de Ativos e Patches, conforme especificações, quantidades e exigências constantes no Anexo I do Edital (Termo de Referência) e Apêndices, além de condições e proposta comercial da CONTRATADA e tudo que consta do Pregão Eletrônico Federal 109/2022/TRE-SP, que ficam fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição.

II – LOCAL DE EXECUÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DA SOLUÇÃO (Grupo 1) - A execução e a disponibilização das soluções contratadas se darão nos locais indicados no Apêndice A do Anexo I do Edital.

a) No TRE-RO, Av. Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho – Rondônia, CEP: 76.805-901, de segunda-feira a sexta-feira, de 8h às 12h e das 14h às 18h, podendo haver agendamento, a critério do titular da unidade gestora desta contratação, a Coordenadoria de Segurança, Infraestrutura e Comunicação (COSEIC), pelo telefone: (69) 3211-2180 e e-mail coseic@tre-ro.jus.br.

III – DO PRAZO DE DISPONIBILIZAÇÃO DA SOLUÇÃO, INÍCIO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO - O prazo para disponibilização e início da prestação do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

serviço e o cronograma de execução deverão seguir as disposições contidas nas cláusulas 6 e 12 do Anexo I do Edital n.109/2022/TRE-SP, além das condições especificadas na proposta comercial da CONTRATADA.

IV – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA – A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as disposições constantes do Termo de Referência – Anexo I e Apêndices do Edital, e ainda a:

a) entregar as soluções e prestar os serviços correspondentes em conformidade com as especificações técnicas descritas na cláusula 3 do Termo de Referência (Anexo I do Edital), nos prazos, locais e condições estabelecidos nos referidos documentos;

b) indicar novo preposto para atuar com a CONTRATANTE, informando sua qualificação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, nas ocasiões em que houver a substituição daquele indicado na Proposta Definitiva de Preços (Anexo II do Edital), por intermédio de carta endereçada a este TRE-RO ou por meio de mensagem eletrônica destinada ao endereço de e-mail: coseic@tre-ro.jus.br;

c) estar de acordo com o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo da CONTRATANTE, assinando o termo disponível no Apêndice D do Anexo I do Edital;

d) cumprir todas as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, como a Lei Nº 12.527/2011- Lei de Acesso à Informação, a Lei nº 13.709/ 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, dentre outras;

e) substituir, sempre que exigido pelo Gestor do Contrato, o(s) preposto(s) ou técnico(s), cuja qualificação, atuação, permanência ou comportamento forem julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios às normas da Administração Pública;

f) executar fielmente o objeto do presente contrato na mais perfeita conformidade com o estabelecido, comunicando imediatamente à CONTRATANTE, por intermédio da Fiscalização, por escrito, a ocorrência de qualquer fato impeditivo ou relevante à execução do contrato, sem prejuízo de prévia comunicação verbal dos fatos, caso a situação exija imediata providência por parte daquela;

g) não transferir, no todo ou em parte, a execução do serviço objeto do presente contrato, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, devendo a subcontratada apresentar o contrato social ou instrumento constitutivo e atender a todas as condições de habilitação,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

particularmente no que tange à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;

h) responsabilizar-se por danos pessoais ou materiais causados diretamente por seus funcionários na execução deste contrato, decorrentes de sua culpa ou dolo, apurados após regular processo administrativo;

i) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a atualização dos números de telefone e o endereço de e-mail, sempre que houver alterações destes;

j) manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, comprovando-as, a qualquer tempo, mediante solicitação da CONTRATANTE;

k) consentir, durante a execução do contrato, que seja realizada fiscalização, atentando-se para as observações, solicitações e decisões da Fiscalização, desde que justificadas, não ficando, contudo, eximida de sua total responsabilidade sobre todos os serviços contratados;

l) aceitar, nas mesmas condições ora avençadas, acréscimo ou supressão de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total atualizado do contrato, conforme disposto na Lei n.º 8.666/93, art. 65, I, “b” e seus §§ 1.º e 2.º;

m) para Grupos 1, 3 e 5, quando do encerramento do contrato, a solução deverá estar atualizada em sua versão mais recente, não existindo devolução de materiais e licenças;

Parágrafo Único - As licenças de Bancos de Dados proprietárias, cedidas pela CONTRATADA e utilizadas na solução, serão propriedade da CONTRATANTE, em caráter perpétuo, sem ônus, e, no encerramento do contrato, não serão devolvidas e/ou desinstaladas da infraestrutura do Órgão.

V – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE – A CONTRATANTE obriga-se a cumprir todas as disposições constantes do Termo de Referência – Anexo I do Edital e Apêndices, e ainda a:

a) promover, por intermédio da Fiscalização, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

b) verificar se durante a vigência do contrato estão sendo mantidas todas as exigências, condições de habilitação e qualificação contratadas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) efetuar o pagamento à CONTRATADA, nos termos previstos na cláusula IX deste contrato;

d) cumprir o disposto neste instrumento, bem como oferecer à CONTRATADA informações indispensáveis à efetivação dos serviços

VI – VIGÊNCIA DO CONTRATO

a) para as soluções dispostas no **Grupo 1** (instalação local) – O presente contrato vigorará entre as partes desde a data de sua assinatura no Sistema Eletrônico da Informação – SEI do TRE-RO, até o decurso do prazo de garantia e suporte estabelecido na cláusula XII deste contrato (a garantia e suporte terão prazo de 60 (sessenta) meses, para o grupo 1 nos termos previstos no item 10.1.1. do Anexo I do Edital);

Parágrafo 1º – A execução deste contrato poderá ser suspensa temporariamente pela CONTRATANTE, no caso de falta ou insuficiência de crédito orçamentário, mediante comunicação por escrito à CONTRATADA através do envio de mensagem eletrônica por e-mail.

Parágrafo 2º – Cessados os motivos que determinaram a suspensão prevista no parágrafo anterior, a execução será retomada pelo período de tempo restante até o termo final estabelecido no caput.

VII – RECURSOS FINANCEIROS – A despesa com o presente contrato correrá à conta do Orçamento da Justiça Eleitoral, Função Programática 02122003320GP0011, Natureza da Despesa: 339040.21 - Serviços Técnicos Profissionais e 449052.43 - Equipamentos de TIC, conforme Nota de Empenho n.º 2022NE000805 e 2022NE000812, ambas de 07/12/2022, e outras que se fizerem necessárias, e nos exercícios futuros, à conta de dotações próprias para atendimento de despesa da mesma natureza, extraindo-se os respectivos empenhos.

VIII – PREÇO – Os preços que a CONTRATANTE se obriga a pagar à CONTRATADA pelo fornecimento das soluções, dos quais serão feitas as retenções previstas no §6º da cláusula IX, são:

GRUPO 1

Grupo	Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidade registrada TRE-RO	Quantidade contratada	Valor Unitário R\$	Valor Total para 60 meses R\$
1	1	Solução de	Licença	800	800	180,00	144.000,

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		gerenciamento de ativos e patches, instalação local, com manutenção, garantia e suporte por 60 meses - estações.	a				00
	2	Solução de gerenciamento de ativos e patches, instalação local, com manutenção, garantia e suporte por 60 meses - servidores.	Licença	200	200	238,00	47.600,00
	3	Serviço de implantação e configuração da solução na infraestrutura do Tribunal	Unidade	1	1	13.790,00	13.790,00
	4	Serviço de repasse de conhecimento com mínimo de 20 horas	Pessoas	12	12	1.000,00	12.000,00
Valor total desta Contratação						R\$ 217.390,00	

Parágrafo 1º – No preço estabelecido nesta cláusula, estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

na forma da legislação vigente, incluindo todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais, previstos na legislação em vigor, incidentes, direta ou indiretamente, suporte técnico e despesas de quaisquer naturezas, deduzidos eventuais descontos.

Parágrafo 2º – O valor total estimado do presente contrato é de **R\$ 217.390,00** (duzentos e dezessete mil trezentos e noventa reais).

IX – PAGAMENTO – O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE à CONTRATADA, de acordo com as contratações por eles realizadas, nos prazos e termos abaixo dispostos:

a) quanto aos **grupos 1, 3 e 5**:

a.1) para os itens 1 e 2, conjuntamente com o item 3 do grupo 1, até o 20º dia útil, após a emissão dos respectivos Termos de Recebimento Definitivo.

a.2) para os itens 9 e 10, conjuntamente com o item 11 do grupo 3, até o 20º dia útil, após a emissão dos respectivos Termos de Recebimento Definitivo.

a.3) para os itens 17 e 18, conjuntamente com o item 19 do grupo 5, até o 20º dia útil, após a emissão dos respectivos Termos de Recebimento Definitivo.

b) O pagamento do repasse de conhecimento de todos os grupos será feito até o 10º dia útil, à vista da emissão dos respectivos certificados de realização de treinamento.

Parágrafo 1º – Os Termos de Recebimento Definitivos deverão ser acompanhados das correspondentes notas fiscais/faturas, considerando-se como data de pagamento o dia da emissão da ordem bancária, através de crédito em nome da Contratada, em instituição financeira por ela indicada:

Parágrafo 2º - Na hipótese de o valor a ser pago enquadrar-se no § 3º do art. 5º da Lei n.º 8.666/93, parágrafo esse acrescido pela Lei n.º 9.648/98, o prazo para pagamento será de até 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo 3º – A CONTRATANTE exigirá da CONTRATADA, para fins de pagamento e fiscalização, a apresentação concomitante à nota fiscal/fatura, da documentação apta a comprovar a regularidade perante a RFB (Receita Federal do Brasil), a PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Parágrafo 4º – O prazo de pagamento será interrompido nos casos em que haja necessidade de regularização do documento fiscal, o que será devidamente apontado pela CONTRATANTE.

Parágrafo 5º – Encerrada a interrupção de que trata o parágrafo anterior, fica assegurado à CONTRATANTE o prazo estipulado no *caput* ou no parágrafo 2º desta cláusula para efetivação do pagamento, contado a partir da cientificação da regularização, sem a cobrança de encargos por parte da CONTRATADA.

Parágrafo 6º – A CONTRATANTE, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a CONTRATADA comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

Parágrafo 7º – O pagamento fica condicionado à apresentação, pela CONTRATADA, da garantia prevista na cláusula XIII.

Parágrafo 8º – As microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas ou não no regime tributário do Simples Nacional receberão tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar n.º 123/2016 e Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n. 1.234/2012, alterada pela IN n.º 1.663/16, ficando a CONTRATADA responsável por informar à CONTRATANTE eventual desenquadramento do regime tributário do Simples Nacional, sob pena da incidência das penalidades previstas neste instrumento.

Parágrafo 9º – A CONTRATANTE poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas, nos termos deste contrato, após o devido processo administrativo.

Parágrafo 10º - Quando ocorrerem eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP,$$

onde: I = índice de atualização financeira; TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e VP = Valor da parcela em atraso.

X – ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO – Competirá a servidor(es) designado(s) pela CONTRATANTE acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, nos termos do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93.

a) No TRE-RO, a gestão do Contrato será exercida pelo titular da Coordenadoria de Segurança, Infraestrutura e Comunicação (COSEIC), e a fiscalização deste Contrato será exercida pelo titular da Seção de Infraestrutura e Comunicação (SEINC).

Parágrafo único – A CONTRATANTE reserva-se ao direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços.

XI – PENALIDADES – A CONTRATADA, em caso de inadimplência, e observado o regular procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, ficará sujeita às seguintes penalidades:

a) advertência, sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;

b) multa moratória diária, correspondente a 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado ou não manutenção das condições de habilitação e qualificação, até atingir o limite de 6% (seis por cento), quando a CONTRATANTE considerará como inexecução parcial ou total da obrigação;

c) multa moratória, por hora, para atrasos específicos aos principais eventos executados nos Grupos 2 e 4, conforme transcritos na tabela a seguir:

Nº	EVENTO	Penalidade sobre a obrigação não cumprida
	Atraso na solução da conclusão do chamado técnico de nível de	Incidirá multa moratória de 3% por hora sobre o valor mensal da contratação, até o limite de 8



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1	severidade 1, considerando-se o prazo de atendimento previsto no subitem 10.2.4.1	horas, a partir do qual incidirá, cumulativamente, multa compensatória prevista no contrato
2	Atraso na solução da conclusão do chamado técnico de nível de severidade 2, considerando-se o prazo de atendimento previsto no subitem 10.2.4.1.	Incidirá multa moratória de 2% por hora sobre o valor mensal da contratação, até o limite de 8 horas, a partir do qual incidirá, cumulativamente, multa compensatória prevista no contrato
3	Atraso na solução da conclusão do chamado técnico de nível de severidade 3, considerando-se o prazo de atendimento previsto no subitem 10.2.4.1	Incidirá multa moratória de 1% por hora sobre o valor mensal da contratação, até o limite de 8 horas, a partir do qual incidirá, cumulativamente, multa compensatória prevista no contrato.
4	Atraso na solução da conclusão do chamado técnico de nível de severidade 4, considerando-se o prazo de atendimento previsto no subitem 10.2.4.1	Incidirá multa moratória de 1% por hora sobre o valor mensal da contratação, até o limite de 8 horas, a partir do qual incidirá, cumulativamente, multa compensatória prevista no contrato

c.1) A verificação do cumprimento dos prazos dos chamados técnicos, para efeito de aplicação das penalidades previstas no quadro disposto na alínea “c” acima, será realizada com base no quadro apresentado no subitem 10.2.4.1 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital.

c.2) O termo inicial de contagem do atraso se dará após o transcurso dos prazos previstos no subitem 10.2.4.1 do Anexo I do Edital para solução dos chamados técnicos (respectivamente 8, 12 e 24 horas).

d) multa compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, por inexecução total ou parcial do objeto do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação, ou inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas, bem como pelo não cumprimento as disposições contidas no Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo (Apêndice D do Anexo I do Edital), ressalvado o direito à cobrança de perdas e danos;

e) impedimento de contratar com a União, bem como o descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei n.º 10.520/2002.

Parágrafo 1º - As multas previstas nas alíneas “b”, “c” e “d” poderão ser cumuladas com as penalidades das alíneas “a” e “e”.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Parágrafo 2º - A multa prevista na alínea “d” terá como base de cálculo o valor correspondente ao remanescente do contrato, na hipótese da rescisão decorrer da perda das condições de habilitação e qualificação por parte da CONTRATADA, ou ainda, quando o juízo de oportunidade e conveniência da Administração indicar que a denúncia do contrato for determinada por tal circunstância,

Parágrafo 3º - As multas previstas nesta cláusula serão calculadas com base no valor atualizado do contrato, nos termos da cláusula VIII.

Parágrafo 4º – Se o valor da multa for superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será aplicada após regular procedimento administrativo e será descontada do pagamento devido pela Administração, ou então, em caso de inviabilidade desta última hipótese, deverá o valor correspondente ser recolhido pela CONTRATADA ao Tesouro, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação. Inviáveis essas ocorrências, o valor da multa será cobrado judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

Parágrafo 5º – Na impossibilidade de se apurar o valor da obrigação não cumprida, considerar-se-á como tal, para aplicação das penalidades previstas nas alíneas “b” e “c”, o valor total devido no mês em que ocorreu o inadimplemento contratual ou o valor devido em cada etapa do cronograma de eventos ou o valor mensal.

XII – GARANTIA DO SERVIÇO E SUPORTE TÉCNICO – A CONTRATADA garantirá, durante a vigência deste contrato e nos termos da cláusula 10 do Anexo I do Edital, os serviços de manutenção, de suporte técnico, sem ônus à CONTRATANTE.

Parágrafo 1º – O serviço de suporte técnico e manutenção da solução deverá ser prestado durante todo o período de vigência deste contrato e será exercido nos termos, prazos e condições estabelecidos pela Cláusula 10 do Anexo I do Edital.

Parágrafo 2º – O início do prazo de manutenção e suporte operacional se dará com o aceite definitivo da solução contratada

XIII – GARANTIA – A CONTRATADA obriga-se durante todo o tempo de vigência contratual e nos termos do parágrafo 1º, do artigo 56, da Lei n.º 8.666/93, alterado pela Lei n.º 11.079/04, a prestar à CONTRATANTE, visando assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratuais assumidas, inclusive indenizações e multas eventualmente aplicadas, uma das modalidades de garantia previstas em seus incisos (*I – caução em dinheiro ou títulos de dívida pública; II – seguro garantia; III – fiança bancária*) correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar da data de início do presente ajuste.

Parágrafo 1º – A garantia responderá pelo fiel cumprimento das disposições do contrato, ficando a CONTRATANTE autorizada a executá-la para cobrir multas, indenizações ou pagamento de qualquer obrigação, inclusive em caso de rescisão, razão pela qual sua liberação à CONTRATADA ficará condicionada à inexistência de pendências e mediante expressa autorização da CONTRATANTE.

Parágrafo 2º – Utilizada a garantia, a CONTRATADA fica obrigada a integralizá-la no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data em que for formalmente notificada pelo CONTRATANTE.

Parágrafo 3º – A garantia apresentada deverá assegurar e garantir o fiel cumprimento das obrigações de qualquer natureza pela CONTRATADA, até o valor fixado na apólice, sendo vedadas quaisquer cláusulas, ainda que implícitas, que contrariem os interesses desta Administração.

Parágrafo 4º – Se a garantia prestada pela CONTRATADA for nas modalidades previstas nos incisos II – seguro garantia – ou III – fiança bancária, do referido dispositivo legal, esta deverá ter sua validade estendida por 90 (noventa) dias corridos após a data prevista para o encerramento do contrato.

Parágrafo 5º – Caso ocorra alteração do valor da garantia, este deverá ser integralmente repostado de modo a preservar os montantes estabelecidos nesta cláusula.

Parágrafo 6º – Não serão aceitos instrumentos de garantia que contenham cláusulas conflitantes com dispositivos contratuais ou até mesmo restrinjam-lhe a cobertura ou a sua eficácia.

Parágrafo 7º – A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o limite máximo de 30 (trinta) dias corridos.

Parágrafo 8º – O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos autoriza a Administração, além da aplicação da pena prevista no parágrafo anterior, a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

limite de 1,5% (um vírgula cinco por cento) do valor total do contrato, a título de garantia.

Parágrafo 9º – O bloqueio efetuado com base no parágrafo 9º desta cláusula não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

Parágrafo 10º – A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no parágrafo 9º desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

Parágrafo 11º – O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à CONTRATADA.

XIV – CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI Nº 13.709/2018

a) As partes obrigam-se a cumprir os princípios e disposição da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n.º 13.709/2018), bem como as demais normas correlatas, para assegurar a privacidade, a intimidade, a honra, a imagem, a inviolabilidade, a integridade, a confidencialidade, a não divulgação e a preservação dos arquivos e banco de informações em relação aos dados pessoais e/ou sensíveis a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações obtidas e/ou repassadas em decorrência da execução contratual.

b) É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

c) A CONTRATADA fica obrigada a comunicar a CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

d) As partes obrigam-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal ou contratual.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XV – RESCISÃO – O presente contrato poderá ser rescindido a juízo da CONTRATANTE, com base nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93, especialmente quando esta entender, por motivo justificado, que a CONTRATADA não está cumprindo de forma satisfatória as avenças estabelecidas neste instrumento, independentemente da aplicação das penalidades previstas na cláusula XI.

XVI – DISPOSIÇÕES GERAIS - As partes contratantes ficarão exoneradas do cumprimento das obrigações assumidas pelo presente instrumento, quando ocorrerem motivos de força maior ou caso fortuito, assim definidos no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil, enquanto tais motivos perdurarem.

Parágrafo 1º – Não se estabelece, em razão do presente contrato, vínculo empregatício de qualquer natureza entre a CONTRATANTE e o pessoal empregado pela CONTRATADA na execução dos serviços, a qual se obriga por todos os correspondentes encargos trabalhistas e previdenciários.

Parágrafo 2º – As partes comprometem-se a observar os procedimentos de segurança e de tratamento dos dados pessoais, nos termos da Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011 e Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018.

XVII – PUBLICAÇÃO – O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

Parágrafo único - Havendo necessidade de lavratura de termo aditivo a este contrato, para benefício unilateral da CONTRATADA, será sua a responsabilidade pelo ressarcimento da despesa com a publicação, sendo o valor equivalente descontado do pagamento pelo serviço prestado no mês da referida publicação, ou na sua impossibilidade deverá ser recolhida por GRU no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

XVIII – FORO – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste contrato



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Contrato, que após lido e achado conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 8 de dezembro de 2022.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	LEANDRO JACINTO DA SILVA Pela CONTRATADA
Aldací Souza Mota CPF: ***.504.772-** Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: ***.434.482-** Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 08/12/2022, às 13:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LEANDRO JACINTO DA SILVA, Usuário Externo**, em 08/12/2022, às 16:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 08/12/2022, às 16:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 08/12/2022, às 16:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0953599** e o código CRC **8313E527**.

0001649-69.2022.6.22.8000

0953599v



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001649-69.2022.6.22.8000

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO - TRE-SP

ASSUNTO: ADESÃO À INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO (órgão participante) – SRP – Pregão Eletrônico nº 78/2022 TRE-ES – Ata de Registro de Preços nº 04/2022 – Gestão de Ativos e Patches. Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 267 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pelo Gabinete da Diretoria-geral (GABDG), com o objetivo de contratação conjunta com os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) de empresa para eventual fornecimento de solução de Gestão de Ativos e Patches para atender as necessidades da Justiça Eleitoral, via adesão à **INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS divulgada pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), por meio Ofício-Circular n. 999/2022 – PRE/DG/STI (0844919)**.

02. Neste documento, esclareceu-se que coube ao TRE-SP, a condução do processo administrativo de contratação da solução pretendida como órgão gerenciador na elaboração dos documentos de planejamento, o qual contemplará as demandas de todos os demais TREs interessados. E, portanto, solicitou este TRE-RO que se manifesta sobre o interesse em participar da contratação conjunta em apreço, informando o quantitativo a ser registrado para grupos, uma vez que tal manifestação é imprescindível



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

para o prosseguimento da contratação, nos termos do art. 6º, I, Decreto n. 7.892/2013.

03. Recebida a demanda pela Diretoria-geral, mediante Despacho n. 741/2022 - PRES/DG/GABDG ([0844953](#)), encaminhou-se o feito para Secretária de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), a fim de que manifestasse sobre o interesse deste Tribunal de participação na licitação a ser conduzida pelo TRE-SP.

04. Em seguida, na Manifestação n. 14/2022 – PRES/DG/STIC/COSEIC ([0854996](#)), o coordenador substituto da Coordenadoria de segurança, infraestrutura e comunicação (COSEIC) opinou positivamente pela contratação citada, em razão de seu alinhamento da solução apresentada com o Plano Estratégico Institucional de 2021 a 2026 e com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação. Ainda, indicou o grupo selecionado e as quantidades de cada item que o compõe, bem como prestou as informações adicionais necessárias.

05. Por sua vez, o secretário da STIC também anuiu pela participação na contratação conjunta citada e informou a estimativa de quantitativo do item do objeto, conforme Informação n. 78/2022 – PRES/DG/STIC/GABSTIC ([0855347](#)).

06. Em seguida, a DG expediu o Ofício n. 143/2022 – PRES/DG/GABDG ([0855831](#)), respondendo pelo ingresso na contratação conjunta na condição de órgão participante do registro de preço conduzido pelo TRE-SP e indicando os quantitativos de cada item do Grupo 1 para o atendimento das necessidades deste Tribunal.

07. Concluídos, no âmbito do TRE-SP, a instrução e tramitação do processo administrativo referente ao Pregão Eletrônico TRE-ES SRP nº 109/2022, no qual o objeto foi definido como **soluções de Gestão de Ativos e Patches**, o órgão gerenciador, mediante Ofício-Circular n. 2.209/2022, informou que o procedimento resultou na assinatura da Ata de Registro (ARP) de Preço TRE-SP n. 78/2022, firmada com a empresa SYSTEM MANAGER TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ n. 10.858.890/0001-20, e encaminhou os seguintes documentos com intuito de subsidiar a efetivação da contratação pretendida neste Regional:

- Documento de Oficialização da Demanda (DOD) - [0942853](#);
- Termo de Referência - [0942857](#);
- Edital de Licitação n. 109/2022 - [0942860](#);
- Ata de Registro de Preços ARP n. 78/2022 - [0942863](#);
- Minuta do Contrato - [0942864](#).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

08. Somados a estes documentos, com intuito de instrução dos autos, juntou-se a comprovação de divulgação do Extrato da ARP mencionada no Diário Oficial da União ([0943356](#)) e o Parecer Jurídico ASSJUR/SH/17.724 ([0943349](#)).

09. Diante disso, a COSEIC elaborou a Solicitação de Contratação 12 ([0943358](#)), impulsionando as providências necessárias deste Tribunal para realização da contratação, consoante Despacho n. 3324/2022 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0944074](#)).

10. Prontamente, o Coordenador da COFC registrou que a despesa está prevista no planejamento orçamentário deste exercício ([0944525](#)), motivo pelo qual a Seção de Programação Orçamentária e Financeira (SPOF) juntou aos autos a Programação Orçamentária no valor de R\$ 217.390,00 (duzentos e dezessete mil trezentos e noventa reais) e informou que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro ([0944653](#)).

11. Por sua vez, em observância do Despacho 3324/2022 - GABSAOFC ([0944074](#)), a Seção de Contrato (SECONT) juntou a minuta do instrumento contratual ([0947271](#)), elaborada com base, principalmente, nas informações constantes nos eventos [0942863](#), [0942860](#), [0942864](#), [0943358](#).

12. Desta forma instruídos, os autos vieram a esta Assessoria para análise e emissão de parecer jurídico ([0947325](#)). **É o necessário relato.**

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

13. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (0001649-69.2022.6.22.8000) até a presente data.

14. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022 - e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos - é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO).

15. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

16. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

17. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

III – DA REGULARIDADE DA FORMAÇÃO DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO STIC

18. Como condição prévia para a análise, e em se tratando de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), forçoso reduzir-se à obediência da Resolução nº 182/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que trata das diretrizes para esse tipo de contratação no âmbito do Poder Judiciário e ainda aplicável as contratações baseadas na Lei 8.666/93, segundo o § 2º do art. 1º da Resolução CNJ n. 468/2022. Diante disso, é necessário fazer as ponderações abaixo.

19. Primeiramente, é importante registrar que os atos referentes a fase dos estudos preliminares desta solução de tecnologia da informação e comunicação (STIC) ocorreram de forma extraordinária, pois o rito mais adequado seria a constituição da equipe de planejamento e elaboração do ETP por este TRE-RO antes da manifestação sobre a adesão a contratação conjunta com TRE-PB ou pelo menos antes da realização do certame pelo órgão gerenciador.

20. Contudo, esta assessoria jurídica entende que, neste caso concreto, não houve descumprimento da norma citada, pois os trâmites processuais a serem adotados pelos Regionais nas contratações das variadas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

soluções necessárias à implantação da Estratégia Nacional de Cibersegurança para o período de 2021 a 2024, da qual esta aquisição pretendida está inserida, foram **definidos pelo próprio Tribunal Superior Eleitoral (TSE)**, como se verifica no Ofício-circular GAB-DG n. 287/2022 (0831909), juntado no Processo Administrativo SEI n. [0002839-04.2021.6.22.8000](#).

21. No aludido documento, o Diretor-geral do TSE esclarece que compete aos Regionais designados como órgão gerenciador das atas a responsabilidade de elaboração dos documentos essenciais às contratações, conforme se verifica na transcrição abaixo:

O Decreto nº 7.892/2013 traz, de forma expressa, em seu art. 6º, as competências do órgão participante do sistema de registro de preços, nos seguintes termos:

"Art. 6º O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e **respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico**, nos termos da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), e da [Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002](#), adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

III - tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições".

Observa-se que o decreto exige dos órgãos participantes, tão somente, o encaminhamento da estimativa de consumo, local de entrega e respectivas especificações, podendo tais informações serem consolidadas, a critério do órgão participante, em termo de referência ou projeto básico. Nota-se que o decreto, em diversos momentos, usa o termo "especificações" como alternativa ao termo de referência ou projeto básico:

"Art. 6º, § 5º: Caso o órgão gerenciador aceite a inclusão de novos itens, o órgão participante demandante elaborará sua **especificação ou termo de referência ou projeto básico**, conforme o caso, e a pesquisa de mercado, observado o disposto no art. 6º".

Assim, a elaboração de termo de referência ou projeto básico não é obrigatória ao órgão participante, cabendo tal atribuição ao órgão gerenciador, nos termos do art. 5º do citado decreto:

"Art. 5º Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

(...).

II - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório".



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nesse mesmo sentido, o Tribunal Superior Eleitoral editou a Instrução Normativa TSE nº 11/2021, que regulamenta as fases das contratações no âmbito do Tribunal e, assim, dispõe quanto à participação em registro de preços:

"Art. 44, §2º É dispensável a elaboração de Projeto Básico ou de Termo de Referência nos casos em que o Tribunal seja participante de licitação, nos termos do art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, necessária, entretanto, a instrução dos autos com as informações requeridas no art. 6º do mesmo decreto".

Assim, solicito os bons préstimos de Vossa Senhoria no sentido de observar tais orientações na condução do processo administrativo referente ao certame licitatório eventualmente sob responsabilidade desse Regional.

(...) (Sublinhou-se)

22. Diante disso, no tocante aos documentos essenciais resultantes das etapas do estudo preliminar previstos no §1º do artigo 12 do Resolução CNJ nº 182/2013, observa-se que a equipe de planejamento do TRE-SP elaborou **ETP** (processo SEI 0003950-75.2022.6.26.800), nos termos do § 2º do art. 12 da resolução citada - e **TR** ([0942857](#)).

23. Assim, quanto ao procedimento previsto pela norma mencionada, considerando as ressalvas feitas nesta seção do opinativo, as diretrizes específicas foram observadas no caso em tela.

IV – ADESÃO A INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO

24. A eventual contratação ora pretendida pela Administração deriva da **adesão à contratação conjunta**, concebida na Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral e conduzida pelo **TRE-SP**, dessa forma, o TRE-RO atua na condição de **órgão participante**, situação jurídica definida pelo **artigo 2º, IV e prescrita pelo artigo 6º, ambos do Decreto nº 7.892/2013**.

25. O referido procedimento está compreendido pelo Sistema de Registro de Preço – SRP, o qual encontra amparo normativo originalmente no disposto no art. 15, inciso II, da Lei nº 8.666/93, tendo sido regulamentada pelo decreto citado. Assim, cumpre-nos tecer breve comentário sobre este instituto.

26. Nas lições de Jorge Ulisses Jacoby FERNADES, em seu livro intitulado Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico, 2ª edição, editora Fórum, 2007:

Sistema de Registro de Preço é um procedimento especial de licitação que se efetiva por meio de uma concorrência ou pregão *sui generis*, selecionando a proposta mais



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

vantajosa, com observância do princípio da isonomia, para eventual e futura contratação pela Administração. Nesse sentido, cabe destacar suas principais características:

- a) a tabela de preços proveniente de determinado Sistema terá validade não superior a doze meses (art. 15, § 3º, inc. III da Lei nº 8.666/1993 c/c art. 12, § 2º do Dec. nº 7.892/2013);
- b) a celebração de Ata de Registro de Preço (ARP) que é documento vinculativo e obrigacional, gerador de expectativa de contratação (art. 13 ss do decreto em comento), ou seja, se os preços de mercado se mostrarem mais vantajosos do que aqueles registrados, poderá a Administração contratá-los, detrimento deste, por meio da realização de licitação ou por via de contratação direta (art. 15, §4º, Lei nº 8.666/93);
- c) o processamento do SRP apenas por meio das modalidades concorrência (art. 15, § 3º, I, da Lei de Licitações e Contratos) e pregão (art. 11 da Lei 10.520/2020);
- d) a possibilidade de não indicar da dotação orçamentária na licitação para a formação do registro de preço, sendo apenas obrigatória antes da formalização do contrato ou outro instrumento hábil (§ 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013).

27. Feitas tais considerações, é oportuno examinar o instituto jurídico da IRP que, embora não apresente sua conceituação, foi regulamentado pelo decreto mencionado e que, em suma, objetiva a ampliação de participantes em determinado registro de preço somando-lhe as demandas. Veja-se:

Art. 4º Fica instituído o procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP, a ser operacionalizado por módulo do Sistema de Administração e Serviços Gerais - SIASG, que deverá ser utilizado pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, para registro e divulgação dos itens a serem licitados e para a realização dos atos previstos nos incisos II e V do caput do art. 5º e dos atos previstos no inciso II e caput do art. 6º.

(...)

28. Extrai-se a finalidade da criação de tal ferramenta no site www.comprasgovernamentais.gov.br:

O presente manual tem por finalidade orientar os servidores habilitados e cadastrados a operarem a funcionalidade de “INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP, que tem como finalidade **permitir à Administração tornar públicas suas intenções de realizar Pregão ou Concorrência para Registro de Preços, com a participação de outros órgãos governamentais, que tenham interesse em contratar o mesmo objeto, possibilitando auferir melhores preços por meio de economia de escala.** (Intenção de Registro de Preço – IRP – Manual o Gerenciador, Brasília, agosto/2007, p. 4, disponibilizado no portal de compras do Governo

Federal https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/manuais/siasgnet/manual_irp-1.pdf)

29. Neste sentido, o entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU, manifesto pelo Acórdão nº 2.692/2012 – Plenário, a IRP é um sistema informatizado criado para permitir a ampla divulgação do interesse de um órgão em realizar o registro de preços e materiais, possibilitando a participação de outros órgãos ou entidades interessados



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ainda durante o procedimento licitatório, aumentando a perspectiva de quantitativos mínimos a serem adquiridos e a possibilidade de obtenção de economia de escala.

30. Não se verifica nos autos documentos sobre o registro e divulgação de IRP para contratação *sub examine* pelo TRE-SP no Sistema Comprasnet, impossibilitando afirmar se este procedimento foi realizado por meio do sistema. No entanto, houve, por parte deste Regional, manifestação expressa de adesão a participação da SRP formado por meio do PE nº 109/2022 do TRE-SP, consoante Ofício-circular TRE/SP n. 999/2022 – PRES/DG/STI ([0844919](#)) e Ofício n. 143/2022 – PRES/DG/GABDG ([0855831](#)). Apesar de convite e a comprovação de seu aceite juntados não terem ocorridos por intermédio do mecanismo eletrônico estipulado pelo decreto, entende-se que objetivo de publicização preconizado pela norma foi preservado, pois ele possibilitou a divulgação e participação de diversos TREs da fase de planejamento da contratação compartilhada, potencializando maior economia de escala - conforme averiguar na ARP n. 78/2022 - ainda, evitou potenciais futuros “órgãos caronas” que desde os procedimentos iniciais já estavam participando do processo licitatório para SRP em comento.

31. Nesse sentido, vede, o seguinte trecho do Acórdão n. 2.692/2012 – Plenário, do Tribunal de Contas da União (TCU), expendidos antes ainda da edição do Decreto Federal n. 7.82/2013:

Acórdão:

(...)

9.4 recomendar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que empreenda estudos para aprimora a sistemática do Sistema de Registro de Preço, objetivando **capturar ganhos de escala nas quantidades adicionais decorrentes de adesões previamente planejadas e registradas de outros órgãos e entidades que possam participar do certame**, cujos limites de quantitativos deverão estar em conformidade com o atendimento firmado pelo Acórdão 1.233/2012 – Plenário. (sem grifo no original)

32. Além disso, segundo o art. 4º, *caput*, do Decreto n. 7.892/2013, apenas os órgãos integrantes do Sistema de Serviço Gerais (SISG) são obrigados a operacionalizar a divulgação a IRP por meio do módulo do Sistema de Administração e Serviços Gerais (SIASG), ou seja, somente na esfera do Poder Executivo Federal. E se tratando dos órgãos/entidades não integrantes do SISG, independente da esfera (federal, estadual ou municipal), só deverão utilizar este tipo de divulgação citada quando houver normativo próprio aplicado no âmbito destes órgãos/entidades instituindo a figura da IRP em termos semelhantes ao do disposto no art. 4º



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mencionado ou, então, com determinação expressa da adoção do referido decreto federal.

33. No âmbito deste TRE-RO, existe a previsão de adoção da normatização de regulamentação sobre o SRP expedida pelo Poder Executivo Federal, conforme art. 3º da Resolução TRE-RO n. 001/2006. Assim, a sua utilização (da IRP como órgão gerenciador por meio módulo do sistema e do Decreto Federal n. 7.892/2013) é compulsória. Em outras palavras, caso não seja observada pelo TRE-RO, o procedimento não estará condizente com o arcabouço jurídico adotado e, conseqüentemente, será indevida.

34. Não obstante, o mesmo não se pode afirmar do TRE-SP, pois não consta nos autos esta informação. Assim, considerando a presunção de legalidade do ato administrativo, esta unidade jurídica infere que a via eleita para a divulgação da IRP, com intento de proceduralizar a SRP em comento, pelo TRE-SP está adequada e compatível com os seus normativos próprios disciplinadores da matéria no seu próprio âmbito.

35. No caso em tela, observa-se que a participação colaborativa deste Regional no PE nº 109/2022, conduzido pelo TRE-SP, para que possam contratar conjuntamente os objetos de interesse descritos no TR (0942857), está amparado nos normativos mencionados acima. Ademais, tal medida visa atender aos princípios da eficiência e da economicidade, uma vez que maiores quantidades de certo promoveram a obtenção de menores preços, resultante da competitividade e da economia de escala.

36. Por outro lado, pode-se comparar a forma como foi delineada a contratação da STIC pretendida com a compra nacional, também, disciplinada no Decreto n. 7.892/2013, o qual traz sua conceituação no art. 2º, VI, definição de órgão participante de compra nacional no art. 2º, VII, e as suas regras específicas previstas nos art. 6º, § 2º, § 3º e § 4º. Veja-se:

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

(...)

VI - compra nacional - compra ou contratação de bens e serviços, em que o órgão gerenciador conduz os procedimentos para registro de preços destinado à execução descentralizada de programa ou projeto federal, mediante prévia indicação da demanda pelos entes federados beneficiados; e [\(Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014\)](#)

VII - órgão participante de compra nacional - órgão ou entidade da administração pública que, em razão de participação em programa ou projeto federal, é contemplado no registro de preços independente de manifestação formal. [\(Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014\)](#)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Art. 6º (...)

§ 2º No caso de compra nacional, o órgão gerenciador promoverá a divulgação da ação, a pesquisa de mercado e a consolidação da demanda dos órgãos e entidades da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. [\(Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014\)](#)

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, comprovada a vantajosidade, fica facultado aos órgãos ou entidades participantes de compra nacional a execução da ata de registro de preços vinculada ao programa ou projeto federal. [\(Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014\)](#)

§ 4º Os entes federados participantes de compra nacional poderão utilizar recursos de transferências legais ou voluntárias da União, vinculados aos processos ou projetos objeto de descentralização e de recursos próprios para suas demandas de aquisição no âmbito da ata de registro de preços de compra nacional. [\(Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014\)](#)

(...)

37. A compra nacional ocorre quando o órgão gerenciador, institui um SRP destinado à execução descentralizada de programa ou projeto federal, mediante indicação prévia das demandas por parte dos entes beneficiários (geralmente da esfera estadual ou municipal). O objetivo deste SRP é promoção, pelo órgão gerenciador do programa ou projeto federal, de licitação para atender as necessidades das entidades beneficiárias do programa e não as suas próprias, inclusive não é necessário o aval formal dos órgãos participantes de compras nacionais, devendo somente indicar de forma prévia suas demandas.

38. O paralelo entre a compra nacional e a contratação ora em comento é estabelecido porque esta foi desencadeada em razão de conjectura em esfera nacional da Justiça Eleitoral sobre segurança em TIC que originou a **Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral**. Isto é, da mesma forma que a compra nacional, a contratação pretendida visa solucionar problemas no que tange ao atendimento de uma demanda social. E, por esta ótica, igualmente caberia a este Tribunal a comprovação da vantajosidade mencionada no art. 6º, § 3º, pois este princípio é inerente a todas as despesas realizadas pela Administração Pública. **À vista disso, recomenda-se que antes de adesão a IRP nas demais contratações similares sejam demonstradas nos autos a suas vantajosidade em detrimento de ser realizar uma licitação própria, mesmo que tal diretriz tenha sido objeto de discussão nacional entre os órgãos desta Justiça Especializada.**

39. É importante destaca duas figuras participam deste procedimento: **órgão gerenciador** e **órgão participantes**. Aquele é responsável por conduzir o procedimento relacionados ao SRP (tanto o procedimento licitatório quanto a administração da ARP dele decorrente) e suas atribuições estão descritas no art. 5º do Decreto nº 7.892/13. Já este é



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

órgão/ entidade que manifesta interesse em participar dos procedimentos iniciais do SRP e integra a ata, tendo suas competências elencadas no art. 6º, caput, inciso I a III, do mesmo Decreto, *in verbis*:

Art. 6º O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), e da [Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002](#), adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam **formalizados e aprovados pela autoridade competente**;

II - **manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços**, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

III - **tomar conhecimento da ata de registros de preços**, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições. (sem grifo no original).

40. Quanto aos incisos II e III citados, verifica-se sua regularidade. A concordância com o objeto a ser licitado, inclusive seu quantitativo foi atendido, como se verifica nos documentos anexados aos eventos [0844919](#), [0854996](#), [0855347](#) e [0855831](#). E a ciência da ARP nº 78/2022, oriunda do PE nº 109/2022, é atestada pelo Ofício-circular TRE-SP n. 2.209/2022 inserido ao evento [0942851](#) e pela a juntada da própria ata em questão nos autos ([0942863](#)). Neste ponto, sugere-se que a unidade gestora da contratação acompanhe o gerenciamento da ARP no TRE-SP, a fim de ter conhecimento de eventuais alterações.

41. Já com relação a obrigação prevista no inciso I do dispositivo legal citado, constata-se que a inclusão no registro de preço foi formalizada neste Tribunal por meio dos documentos juntados no presente autos, iniciando-se com o Despacho nº 741/2022 – PRES/DG/GABDG de lavra da Diretora-geral ([0844953](#)).

42. Ainda, faz-se necessário citar a IN TRE-RO nº 04/2008, norma interna sobre procedimentos de contratação de serviços e compras de qualquer natureza e de gestão contratual no âmbito deste Regional, a qual dispõe em seu art. 19 as regras de participação do TRE-RO em aquisições e contratações conjuntas, *in verbis*:

Art. 19. Nos termos da legislação aplicável, o TRE/RO poderá participar de processo de contratações conjuntas com outros órgãos federais através de registro de preços, seja na condição de órgão gerenciador ou participante, sempre comprovada a conveniência de tal operação.

§ 1º **Havendo interesse, o Secretário da SAOFC lavrará manifestação circunstanciada, submetendo-a à deliberação da autoridade competente para autorizar a despesa.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

§ 2º Autorizada o pedido, o processo seguirá as disposições da legislação e regulamentação aplicável a esse procedimento especial de registro de preços. (sem grifo no original)

43. Apesar de não detalhado o ingresso deste Tribunal na condição de participante em certame de registro de preços patrocinado por outro órgão federal, duas etapas são descritas: a) manifestação circunstanciada de interesse lavrada pelo secretário da SAOFC; e b) deliberação da autoridade competente para autorizar a despesa. É evidente que tais etapas são prévias a adesão à IRP, por meio do sistema Comprasnet, quando possível.

44. No caso em análise, após o despacho citado e manifestação COSEIC ([0854996](#)), o secretário da STIC anuiu à manifestação positiva da unidade técnica e indicou os quantitativos dos itens do grupo 1 ([0855347](#)), embasando a efetivação da adesão à IRP do TRE-SP feita pela Diretora-geral deste Tribunal por meio do Ofício n. 143/2022 – PRES/DG/GABDG ([0855831](#) e [0856269](#)).

45. Desta forma, conquanto a ausência de manifestação circunstanciada do secretário da SAOFC nos termos balizado pela IN TRE-RO 04/2008, houve deliberação tácita sobre o assunto pela autoridade competente (Diretora-geral, conforme inciso I do art. 1º da Portaria nº 66/2018), tornando o procedimento interno em comento regular, pois a autorização da DG supri as falhas em relação ao estabelecido pelo artigo 19 da IN mencionada.

46. Tem-se em relevo que poderá a Administração utilizar-se da futura Ata de Registro de Preços por um período de até 12 meses de sua assinatura, desde que dentro dos limites quantitativos regulamentares, como também pode **permitir desencadear a licitação independentemente da existência de recursos financeiros para a realização das contratações.**

47. No tocante à **disponibilidade orçamentária e financeira**, como já mencionado, é permitido desencadear o PE para formação de registro de preço independentemente da existência de recursos financeiros para realização das contratações, consoante regra expressa contida no **§ 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013:**

§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

48. Nesse sentido, a **Orientação Normativa/AGU nº 20, de 01/04/2009**, assim direciona: “Na licitação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contrato”. REFERÊNCIAS: arts. 15 e 38, caput, da Lei nº 8.666, de 1993; art. 3º do Decreto nº 3.931, de 2001; Acórdãos TCU 3.146/2004-Primeira Câmara e 1.279/2008-Plenário.

49. Constata-se a Programação Orçamentária ([0944653](#)), no valor de R\$ 217.390,00 (duzentos e dezessete mil trezentos e noventa reais), que comprova a disponibilidade orçamentária para abarcar com a despesa pretendida, podendo, portanto, ser firmado o contrato com a empresa **SYSTEM MANAGER TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA.**, CNPJ n. 10.858.890/0001-20, detentora da ARP em análise.

50. Por fim, cabe salientar que, nos termos do § 1º, do art. 6, do Decreto 7.892/2013, o órgão participante possui competência para aplicação de sanções decorrente do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, devendo informar as ocorrências ao órgão gerenciador.

V – CONCLUSÃO

51. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica conclui pela:

a) inexistência de óbice jurídico, ressalvados os critérios de oportunidade e conveniência do gestor público, na atuação do TRE-RO, como órgão participante da contratação conjunta de solução de Gestão de Ativos e Patches, para atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) e demais órgãos partícipes, gerenciada pelo TRE-SP, e divulgada por meio do Ofício-circular TRE-SP n. 999/2022 – PRES/DG/STI ([0844919](#)) e processada no Pregão Eletrônico – SRP – n. 109/2022 (Processo SEI n. 0003950-75.6.26.8000) - [0942860](#), com fulcro **art. 15, II, da Lei n. 8.666/93 c/c no art. 4º, do Decreto Federal nº 7.892/2013 c/c art. 19, IN TRE-RO nº 004/2008**; e

b) pela possibilidade jurídica da contratação da solução de TIC pretendida nas quantidades dos itens solicitadas pela unidade técnica ([0943358](#)) e registrada para este órgão participante na ARP n. 78/2022 ([0942863](#)), gerenciada pelo TRE-SP, que será firmado por meio da assinatura da Minuta do Contrato ([0947271](#)) com a empresa **System Manager Tecnologia em Informática LTDA.**, CNPJ n. 10.858.890/0001-20.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Registre-se que, conforme já apontado no **tópico 49 deste opinativo**, há informação da unidade orçamentária do órgão quanto à previsão de execução orçamentária de 2022 ([0944525](#)) e comprovação da sua programação ([0944653](#)).

52. Quanto as minutas do edital e do contrato produzidas no âmbito do PE 109/2022 ([0942860](#)), depreende-se que estes instrumentos foram APROVADOS pela assessoria jurídica do órgão gerenciador por meio do Parecer ASSJUR/SH/17.724 ([0943349](#)), nos termos do §4º do art. 9º do Decreto nº 7.892/2013, incluído pelo Decreto 8.250/2014, c/c art. 38, parágrafo único da Lei 8.666/1993. Portanto, torna-se descabido uma nova análise jurídica por esta AJSAOFC, sendo que a minuta juntada pela SECONT ([0942864](#)) reproduz o conteúdo da minuta original ([0942864](#)) sem modificações substanciais. O que se coaduna com a Orientação Normativa AGU nº 64, de 29 de maio de 2020, veja-se:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 64, DE 29 DE MAIO DE 2020

I) NO ÂMBITO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, AS COMPETÊNCIAS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 38 DA LEI 8.666, DE 1993; E DO ART. 11, INCISO VI, ALÍNEA "A", DA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 1993; RELATIVAS À APROVAÇÃO DA MINUTA DE EDITAL E CONTRATO ADMINISTRATIVO, SÃO DA EXCLUSIVA ALÇADA DA UNIDADE CONSULTIVA QUE PRESTA ASSESSORAMENTO JURÍDICO AO ÓRGÃO GERENCIADOR DO CERTAME.

II) O ÓRGÃO PARTICIPANTE E O ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÃO SOLICITAR MANIFESTAÇÃO DAS RESPECTIVAS CONSULTORIAS JURÍDICAS QUE LHEM PRESTAM ASSESSORAMENTO ACERCA DA JURIDICIDADE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO OU ADESÃO, ESPECIALMENTE NOS CASOS EM QUE HAJA DÚVIDA DE ORDEM JURÍDICA OBJETIVAMENTE EXPOSTA. Referência: Parecer nº 9/2015/DECOR/CGU/AGU; a Nota nº 141/2017/DECOR/CGU / AGU ; Nota nº 148/2018/DECOR/CGU/AGU; Parecer nº 92/2019/DECOR/CGU/AGU Art. 38, inciso VI, e parágrafo único da Lei nº 8.666, de 1993; art. 11, inciso VI, alínea "a", da Lei Complementar nº 73, de 1993; e Art. 9º, § 4º, do Decreto nº 7.892, de 2013.

53. Por fim, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que inabilitada para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto da contratação.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 02/12/2022, às 07:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0949165** e o código CRC **7A2D7849**.

0001649-69.2022.6.22.8000

0949165v13



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001649-69.2022.6.22.8000

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO
- TRE-SP

ASSUNTO: Adesão à intenção de registro de preço (órgão participante) –
SRP – Pregão Eletrônico nº 109/2022 TRE-SP – Ata de Registro de Preços nº
78/2022 – Soluções de Gestão de Ativos e Patches.

DESPACHO Nº 1533 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pelo Gabinete da Diretoria-geral (GABDG), com o objetivo de, conjuntamente com os demais Tribunais Regionais Eleitorais (TRE's), efetuar a contratação de empresa para eventual fornecimento de solução de Gestão de Ativos e Patches, via adesão à **INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS divulgada pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP)**, que tomou para si a missão de conduzir o processo administrativo de contratação da solução de acordo com as contratações previstas na Estratégia Nacional para atender a Justiça Eleitoral do país (**Ofício-Circular n. 999/2022 - PRE/DG/STI - [0844919](#)**) e **Ofício-Circular GABDG nº 287/2022 - [0831909](#)**).

Em cumprimento aos procedimentos estabelecidos pela Resolução CNJ nº 182/2013, nos termos informados no TR juntado ao evento n. [0942857](#), item 2.2, observa-se que a equipe de planejamento do TRE-SP elaborou **ETP** (processo SEI 0003950-75.2022.6.26.800), nos termos do § 2º do art. 12 da resolução citada - e **TR [\(0942857\)](#)**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A contratação está prevista na Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral para o período de 2021 a 2024 **definida pelo próprio Tribunal Superior Eleitoral (TSE)**, como se verifica no Ofício-circular GAB-DG n. 287/2022 ([0831909](#)), juntado no Processo Administrativo SEI n. [0002839-04.2021.6.22.8000](#), onde coube ao TRE-SP a condução do processo administrativo de contratação da solução pretendida como órgão gerenciador na elaboração dos documentos de planejamento, que contemplará as demandas de todos os demais TREs interessados, inclusive, no que se refere a estimativa inicial do valor desta contratação para os demais tribunais.

O titular da STIC manifestou-se pela participação na contratação conjunta da solução de Gestão de Ativos e Patches e informou a estimativa de quantitativo para os itens 1, 2, 3 e 4 do Grupo 1 do objeto, conforme Informação nº 78/2022 – PRES/DG/STIC/GABSTIC ([0855347](#)), com a expedição do ofício pela Diretoria-Geral ([0855831](#)) ao órgão gerenciador (TRE-SP).

Para instruir o feito, foram juntados todos os documentos produzidos na fase de instrução e tramitação do processo administrativo referente ao Pregão Eletrônico TRE-SP nº 109/2022: Documento de Oficialização da Demanda (DOD) - [0942853](#), Termo de Referência ([0942857](#)) com informação de toda a fase de estudos preliminares constando dos autos PSEI n. 0003950- 75.2022.6.26.8000, Edital de Licitação - [0942860](#), Ata de Registro de Preços ARP nº 78/2022 - [0942863](#), Minuta do Contrato - [0942864](#), parecer exarado pela assessoria jurídica do TRE-SP ([0943349](#)) e publicação do Extrato da Ata de Registro no DOU - [0943356](#).

No âmbito deste Tribunal, o coordenador da COSEIC elaborou Solicitação de Contratação 12 ([0943358](#)), impulsionando as providências necessárias deste Tribunal para realização da contratação, não havendo elaboração do Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência/Projeto Básico e da Informação Conclusiva do Valor Estimado tendo em vista todos esses documentos já haverem sido elaborados pela equipe de planejamento do TRE-SP.

Em cumprimento à determinação constante no evento n. [0944074](#), e com base nas informações constantes nos eventos ns. [0944074](#) e [0943358](#), e outros anexos juntados a estes autos, a SECONT juntou no evento n. [0947271](#) minuta do instrumento contratual que irá reger a Contratação pelo TRE-RO, referente ao objeto constante da Ata de Registro de Preços n. 78/2022/TRE-SP (assinada em 18/11/2022, publicada no Diário Oficial da União - DOU n. 218, de 21/11/2022, Seção 3, fl. 167,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

com vigência por 12 meses, a contar da sua última assinatura eletrônica), e gerenciada pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP).

Em seguida juntou-se aos autos a Programação Orçamentária no valor de R\$ 217.390,00 (duzentos e dezessete mil trezentos e noventa reais) para custear a despesa ([0944653](#)), informando que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro (Proposta orçamentária 2022 registrada no processo nº **0003698-54.2020.6.22.8000**).

Instada, a AJSAOFC opinou, em síntese, pela inexistência de óbice legal na adesão à ARP nº 78/2022, oriunda do PE nº 109/2022-TRE-SP; pela possibilidade jurídica da contratação da solução de TIC pretendida nas quantidades registradas para este órgão participante na ARP n. 78/2022, que será firmada por meio da assinatura da Minuta do Contrato ([0947271](#)) com a empresa **System Manager Tecnologia em Informática LTDA.**, CNPJ n. 10.858.890/0001-20, dispensando-se uma nova análise jurídica das **minutas do edital e do contrato produzidas no âmbito do PE 109/2022**, uma vez que estes instrumentos foram APROVADOS pela assessoria jurídica do órgão gerenciador, conforme evento n. [0943349](#) (Parecer Jurídico TRE-SP/ASSJUR/SH/17.724).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela autorização da contratação da solução de TIC pretendida via ARP nº 78/2022 ([0942863](#)), pela autorização para emissão de nota de empenho em favor da empresa SYSTEM MANAGER TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA., C.N.P.J. N.º 10.858.890/0001- 20, no valor total de R\$ 217.390,00 (duzentos e dezessete mil trezentos e noventa reais), considerando a Solicitação de Contratação 12 ([0943358](#)); por conseguinte formalização contratual nos moldes da minuta juntada no evento [0947271](#), com a publicação do ato na imprensa oficial em respeito ao princípio da publicidade ([0949318](#)).

Vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, considerando tratar-se de contratação de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, devem ser observadas as diretrizes específicas previstas pela Resolução CNJ nº 182/2013. No caso em apreço, mesmo não sendo produzidos os documentos exigidos no âmbito deste Tribunal, todos os trâmites prévios para aquisição do objeto pretendido foram definidos pelo TSE, como se verifica no Ofício-circular GAB-DG n. 287/2022 ([0831909](#)), juntado no Processo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Administrativo SEI n. 0002839-04.2021.6.22.8000, bem como das informações extraídas do TR juntado ao evento n. [0942857](#) que no item 2.2 registra que a equipe de planejamento do TRE-SP elaborou **ETP** (processo SEI 0003950-75.2022.6.26.800).

Compulsando os autos, verifica-se que, conforme previsto na Estratégia Nacional de Cibersegurança TSE e TREs (2021 a 2024), a equipe de planejamento do TRE-SP assumiu a missão de conduzir o processo administrativo de contratação de soluções de Gestão de Ativos e Patches em apreço como órgão gerenciador, elaborando todos os documentos exigidos na legislação de regência e processando a contratação via certame licitatório (Pregão Eletrônico n. 109/2022/TRE-SP).

O procedimento resultou na assinatura e publicação da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TRE/SP Nº 78/2022 ([0942863](#)), o que viabilizou a contratação da SOLUÇÃO UNIFICADA DE SOLUÇÕES DE GESTÃO DE ATIVOS E PATCHES por parte de todos os Tribunais Regionais Eleitorais participantes.

No caso em tela, a participação colaborativa deste Regional no PE nº 109/2022 conduzido pelo TRE-SP, para que possa contratar conjuntamente os objetos de interesse descritos no TR ([0942857](#)), está amparado nas normas de regência (**artigo 2º, IV e prescrita pelo artigo 6º, ambos do Decreto nº 7.892/2013**). Ademais, tal medida reduzirá sensivelmente os custos diretos e indiretos com os trâmites de um certame, além de possibilitar a redução dos valores estimados em razão da compra em escala gerada por este agrupamento de demandas. Nesses termos, tal medida atenderá aos princípios da eficiência e da economicidade, ficando demonstrada sua vantajosidade.

Como bem registrado no parecer da AJSAOFC, em que pese não haver informação acerca do registro e divulgação da IRP por meio do sistema pontuado no Decreto 7892/2013 (SIASG), verifica-se que o objetivo de publicidade preconizado pela norma foi preservado, consoante Ofício-circular TRE/SP n. 999/2022 – PRES/DG/STI ([0844919](#)) e Ofício n. 143/2022 - PRES/DG/GABDG ([0855831](#)), que possibilitaram a divulgação e participação de diversos TRE's da fase de planejamento da contratação compartilhada.

Além disso, em cumprimento aos termos trazidos na legislação de regência (art. 6º do Decreto 7892/13), ressalta-se que há registro da concordância com o objeto a ser licitado, inclusive seu quantitativo foi atendido, como se verifica nos documentos anexados aos eventos [0844919](#), [0855347](#) e [0833491](#). E a ciência da ARP nº 78/2022,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

oriunda do PE nº 109/2022-TRE-SP, é atestada pelo Ofício-circular n. 2/2022 – TRE-SP ([0942851](#)) e pela juntada nos autos da própria ata em questão ([0942863](#)), bem como tem-se que a inclusão no registro de preço foi formalizada neste Tribunal por meio dos documentos juntados no presente autos, iniciando-se com o Despacho nº 741/2022 – PRES/DG/GABDG de lavra desta Diretora-geral ([0844953](#)).

Em que pese a ausência de manifestação circunstanciada do secretário da SAOFC nos termos balizados pela IN TRE-RO 04/2008, houve deliberação tácita sobre o assunto pela autoridade competente (Diretora-geral, conforme inciso I do art. 1º da Portaria TRE-RO nº 66/2018), tornando o procedimento interno em comento regular, pois a autorização da DG supre as falhas em relação ao estabelecido pelo artigo 19 da IN mencionada.

No tocante à disponibilidade orçamentária e financeira, como já mencionado pelo bem lançado Parecer Jurídico AJSAOFC ([0949165](#)), é permitido desencadear o Pregão Eletrônico para formação de registro de preço, independentemente da existência de recursos financeiros para realização das contratações, consoante regra expressa contida no § 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013. Contudo, não há óbice para ser firmado o contrato com a detentora da ARP em análise, uma vez que a Programação Orçamentária ([0944653](#)), no valor de R\$ 217.390,00 (duzentos e dezessete mil trezentos e noventa reais) comprova a disponibilidade orçamentária para abarcar com a despesa pretendida.

Pelo exposto, ante o atendimento de todos os requisitos necessários à presente adesão à IRP, sendo certo que foram atendidos os requisitos exigidos nos diplomas normativos em vigor, bem como apurada a vantajosidade da aquisição pela unidade solicitante, e com base nas atribuições conferidas pela Portaria GP nº 66/2018:

1 - autorizo a despesa, nas quantidades dos itens solicitadas pela unidade técnica ([0943358](#)) e registradas para este órgão participante na ARP n. 78/2022 ([0942863](#)), gerenciada pelo TRE-SP, que será firmado por meio da assinatura da Minuta do Contrato ([0947271](#)) com a empresa **System Manager Tecnologia em Informática LTDA.**, CNPJ n. 10.858.890/0001-20, com fulcro **art. 15, II, da Lei n. 8.666/93 c/c no art. 4º, do Decreto Federal nº 7.892/2013 c/c art. 19 da IN TRE-RO nº 004/2008; e**

2 - autorizo a emissão da nota de empenho em favor da empresa **SYSTEM MANAGER TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA.**, C.N.P.J. N.º 10.858.890/0001- 20, no valor de **R\$**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

217.390,00 (duzentos e dezessete mil trezentos e noventa reais), condicionada à regularidade fiscal da empresa.

À SAOFC para continuidade das ações necessárias à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 06/12/2022, às 14:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0950304** e o código CRC **1D9B3731**.